

Empresários firmam pacto para influenciar no segundo turno

BRASÍLIA — Reunidos durante todo o dia de ontem, na sede da Confederação Nacional das Indústrias, representantes de entidades empresariais da indústria, serviços, comércio e agricultura, além de assessores encarregados de acompanhar os trabalhos da Constituinte, firmaram um pacto de unidade para o desenvolvimento de ação conjunta, sob a coordenação da CNI, para influir no segundo turno de votação da Carta. Eles vão intensificar os contatos com Governadores e políticos, com o objetivo de elaborar um elenco de emendas supressivas dos dispositivos da Constituição considerados prejudiciais ao empresariado.

Figuram como prioritários: o turno de seis horas para o trabalho em regime de revezamento e o direito de greve, no capítulo dos Direitos Sociais. No Título da Ordem Econômica, preocupam os dirigentes empresariais a obrigatoriedade de aquisição de bens e serviços de empresas nacionais e a nacionalização da exploração dos recursos minerais.

Um dos conferencistas, o Presidente do Instituto Brasileiro de



Telefoto de Luiz Antonio

Ruy Altenfelder: união de esforços

Minação, Marinho Nunes, fez uma palestra emocionada durante o encontro, afirmando que com a nacionalização da política mineral o Brasil abriu mão do capital estrangeiro. Segundo ele, ao alijar as empresas multinacionais, o País está expulsando do setor econômico os responsáveis por 20 por cento da folha de pagamentos do País e dos investimentos indiretos.

Marinho disse que a decisão do plenário representa um atraso lamentável no processo de desenvolvimento nacional. E afirmou desconhecer os motivos que levaram os constituintes a cantar o Hino Nacional quando conseguiram aprovar o dispositivo:

— Que patriotismo é esse que condena o País a permanecer no subdesenvolvimento?

O encontro das entidades foi coordenado pelo Presidente da Comissão de Assuntos Legislativos da CNI, Ruy Altenfelder, Tesoureiro da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), e marcou o início da execução das decisões tomadas pela União Brasileira de Empresários (UB), na reunião de segunda-feira.

A idéia de transformar em norma de trabalho os contatos dos empresários com Governadores e bancadas na Constituinte partiu do Presidente da Fiesp, Mário Amato, disse Altenfelder. Segundo ele, os contatos entre Amato e o Governador Orestes Quércia têm sido freqüentes desde o início das votações do novo texto constitucional, prática que deverá ser seguida pelos demais dirigentes empresariais.

Até a próxima reunião, marcada para o dia 2 de junho, as entidades deverão enviar à CNI sugestões para as propostas supressivas que serão submetidas ao plenário.

A decisão de unir esforços no segundo turno, segundo Altenfelder, surgiu de uma rigorosa autocrítica feita pelos principais líderes empresariais depois de sucessivas derrotas no primeiro turno de votação do projeto de Constituição. O dirigente da Fiesp admitiu que o trabalho junto aos constituintes foi feito de forma muito diluída e sem coordenação:

— Faltou unidade. Não conseguimos o nível de organização obtido pela agricultura. Por isso, fomos infelizes.

Os participantes do encontro foram alertados por Altenfelder para a importância do segundo turno de votação. O coordenador do encontro disse aos assessores das federações que não devem encarar a fase final da Constituinte apenas como homologatória, mas sim como o momento mais importante de todo o processo de elaboração da nova Carta.